Governo busca soluções para o desemprego

por Eduardo Hollanda
de Brasília

Brasília foi criada para ser uma cidade administrativa. Mas, especialmente com suas cidades satélites, criadas pela pressão migratória ao longo de seus 32 anos de vida, o Distrito Federal tem hoje 1,6 milhão de habitantes, segundo o Censo 91. Desse total, no Plano Piloto moram apenas 260 mil, ficando quase 1,4 milhão nas cidades satélites, algumas, como Samambaia, pouco mais que favelas urbanizadas.

Para tentar minorar esse grave quadro social — em que o índice de desemprego em setembro, segundo a pesquisa de emprego e desemprego feita pela Secretaria de Administração e Trabalho do Distrito Federal, chegou a 16,1%, com 121,1 mil desempregados —, os deputados da Câmara Distrital começam a buscar soluções, com projetos de estímulo às micro e pequenas empresas, especialmente.

O número ainda é pequeno — quatro projetos, sendo três em tramitação e apenas um aprovado, o que cria o Programa de Desenvolvimento Econômico (Prodecon), de origem do Executivo — mas já começa a ficar claro que o principal alvo das medidas são as cidades satélites, especialmente as mais pobres. Para o deputado distrital Carlos Alberto (PPS) “está começando a haver uma consciência de que não adianta fazer os chamados assentamentos, quando lotes urbanizados são oferecidos aos migrantes, sem que sejam criadas oportunidades reais de trabalho”.

Os assentamentos se constituem em um dos pontos-chave da política do governo de Joaquim Roriz, que procura fixar centenas de milhares de pessoas. Mas a pesquisa de emprego e desemprego mostra que é exatamente nas quatro cidades satélites mais pobres — Brazlândia, Ceilândia, Paranoá e Samambaia (estas últimas, verdadeiras favelas urbanizadas) — que o desemprego é maior, alcançando 21,6%. O total do Distrito Federal chega a 16,1% da força de trabalho de 753,3 mil pessoas, mas em Brasília a taxa cai para 7,9% (as mais bem pagas).

(Continua na página 6)